

A percepção de pesquisadores em Alimentação e Nutrição sobre as modalidades de fomento à pesquisa em saúde e a sua contribuição para a Política Nacional de Alimentação e Nutrição

The perception of researchers in food and nutrition on the modalities of foment to health research and its contribution to the National Policy of Food and Nutrition

Cássia Pereira das Chagas¹

RESUMO

Introdução: As modalidades de fomento nacional e descentralizado são os principais instrumentos utilizados pelo Ministério da Saúde (MS) para financiar pesquisas em saúde. Entre 2004 e 2008, o MS lançou editais em nível nacional e estadual, e financiou 278 pesquisas em Alimentação e Nutrição com um valor global de R\$ 14,5 milhões. Para a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, o fomento à pesquisa representa um componente importante para o seu monitoramento e avaliação.

Objetivo: Analisar a percepção dos pesquisadores contemplados por editais do Ministério da Saúde no período de 2004-2008, sobre as modalidades de fomento à pesquisa em saúde e a sua contribuição para o aperfeiçoamento da Política Nacional de Alimentação e Nutrição.

Métodos: Realizou-se estudo analítico, com aplicação de questionários *online* semiestruturado com foco nas modalidades de fomento gerenciadas pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde.

Resultados: Observou-se que há uma preocupação dos pesquisadores quanto a priorização de recursos para das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o aumento do volume de recursos e melhoraria da governança nas Fundações de Amparo à Pesquisa. A modalidade fomento descentralizado foi apontada como mais adequada para financiamento de pesquisa na área. Foram indicados dez temas prioritários para editais de financiamento do Ministério da Saúde.

Conclusão: As duas modalidades de fomento foram importantes para atender prioridades nacionais e regionais de pesquisa, pois priorizam temas importantes para saúde pública e proporcionam subsídios para contornar tal problema e definir novas linhas de investigação para o desenvolvimento de novas pesquisas.

Palavras-chave: Financiamento da Pesquisa, Fontes de Financiamento de Pesquisa, Política Pública, Alimentação e Nutrição.

¹Economista, Mestre em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz) em parceria com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Pesquisadora Colaboradora na Fiocruz Brasília – DF. Brasil – E-mail: cassia.esaf@gmail.com

Correspondência

E-mail: cassia.esaf@gmail.com. Endereço: Avenida L3 Norte, S/N - Campus Universitário Darcy Ribeiro, Brasília - DF, CEP 70910-900

ABSTRACT

Introduction: The modalities of national and decentralized development are the main instruments used by the Ministry of Health to finance health researches. Between 2004 and 2008, the Ministry of Health issued national and state edicts and financed 278 food and nutrition researches with a global value of R \$ 14.5 million. For the National Food and Nutrition Policy (PNAN), the promotion of research represents an important component for its monitoring and evaluation.

Objective: Analyze the perception of the researchers contemplated by the Health Ministry in the period 2004-2008, regarding the methods of fostering research in health and its contribution to the improvement of the National Food and Nutrition Policy.

Methods: This is an analytical study, applying through an online semi-structured quiz guided about the funding modalities managed by Department of Science and Technology of the Ministry of Health.

Results: It was observed that there is a concern of researchers regarding the prioritization of resources for the North, Northeast and Midwest regions, increasing the volume of resources and improving the governance in the research funds. The promotion modality has been identified as the most suitable for research funding in the area. Ten priority topics for funding announcements from the Ministry of Health were indicated.

Conclusion: The modalities of national and decentralized were important to meet national and regional priorities, because they prioritize important issues for public health, provide subsidies to overcome problems and define new lines of research to be developed.

Keywords: Research Financing, Support of Research, Public Policy, Food and Nutrition.

INTRODUÇÃO

A formulação da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS) em 2003, e à definição da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde (ANPPS) em 2004, permitiu que o Ministério da Saúde (MS) realizasse ações de aproximação das agendas da pesquisa em saúde possibilitando a maior captação de recursos para fomentar a pesquisa em saúde ¹.

Entre 2004 e 2008, o MS em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs) lançou editais e

financiou projetos em Alimentação e Nutrição - tema da décima subagenda de prioridades de pesquisa em saúde contido na ANPPS.

Os editais financiaram 278 pesquisas com um montante de R\$ 14,5 milhões. Essa ação de fomento pode ser considerada como eixo estratégico tanto para o fortalecimento de grupos de pesquisa na área como para oferecer subsídios para a criação de novas linhas de pesquisa, com vistas ao aperfeiçoamento da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) ¹⁵.

Por intermédio das modalidades de fomento nacional e descentralizado (Programa Pesquisa para o SUS – PPSUS) que são gerenciadas pelo Departamento de Ciência e Tecnologia (DECIT), foram contemplados 233 coordenadores de pesquisa no país. O fomento nacional prioriza oportunidades para os pesquisadores do país e o fomento descentralizado apoia pesquisas a nível estadual.

Essas modalidades de fomento foram importantes para o estímulo, consolidação e desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde no país, assim como para o fortalecimento da capacidade de gestão política científica e tecnológica em saúde nos estados e desenvolvimento de pesquisas.

O artigo apresenta análise da percepção dos pesquisadores contemplados por esses editais, sobre as modalidades de fomento à pesquisa em saúde e a sua contribuição para o aperfeiçoamento da PNAN, na ocasião do início do processo de fomento à pesquisa dentro da PNCTIS. Foi a primeira estratégia explícita de fomento à pesquisa em saúde no país.

METODOLOGIA

Realizou-se um estudo analítico, com aplicação de questionário *online* semiestruturado. Participaram do estudo coordenadores de projetos (233) identificados a partir base de dados gerencial do Decit/MS *PesquisaSaúde*, vinculados a instituições de ensino e pesquisa do país (80), e que foram contemplados por editais de fomento no Brasil entre 2004 e 2008¹⁵.

A coleta de dados foi realizada de 24 de junho a 15 de dezembro de 2010, período em que todas as pesquisas já haviam sido concluídas no que se refere à fase de execução e de prestação de contas financeira e técnica (consolidação de dados, relatórios e entrega de resultados) ao órgão financiador.

As entrevistas foram realizadas por meio do sítio www.pesquisapnan.com.br, instrumento construído exclusivamente para esse estudo, ao qual apenas os coordenadores de pesquisa selecionados tiveram acesso no período da coleta de dados. Essa técnica tem sido cada vez mais adotada pelas pesquisas por sua flexibilidade de formato (e-mail com link para uma URL do inquérito, e-mail com formulários de pesquisa), agilidade no levantamento e coleta de

dados, conveniência aos participantes (horário e lugar para preencher), dentre outros³.

As perguntas do questionário tratavam sobre as Modalidades de Fomento gerenciadas pelo Decit/MS priorizando os seguintes aspectos:

1. quais aspectos que necessitam de reestruturação nas formas de fomento à pesquisa para auxiliar na implementação da PNAN;
2. qual a modalidade de fomento mais adequada para a implementação da PNAN: Fomento Nacional/ Edital Temático e Fomento Descentralizado/ Programa de Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde – PPSUS. O Fomento Nacional se refere à modalidade que permite ao pesquisador investigar temas considerados prioritários para a saúde pública. São lançados editais a nível nacional com o apoio técnico-administrativo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)¹⁰. No caso do Fomento Descentralizado/Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS), cada unidade federativa lança editais que contemplam diversas áreas temáticas de acordo com as necessidades estaduais. O Decit junto as Fundações de Amparo a Pesquisa (FAPs), as secretarias de saúde (SES) e o CNPq fornecendo apoio político, técnico e administrativo¹¹.
3. quais os temas de pesquisa devem ser priorizados nos futuros editais do Ministério da Saúde a fim de aperfeiçoar a PNAN. Temas prioritários segundo a subagenda de Alimentação e Nutrição (10^a): 10.1 Segurança Alimentar; 10.2 Amamentação e Alimentação Complementar da Criança; 10.3 Desnutrição Energético-Proteica; 10.4 Carências Nutricionais por Micronutrientes (Ferro, Vitamina A, Ácido Fólico, Iodo E Outros); 10.5 Sobrepeso e Obesidade; 10.6 Desenvolvimento e Validação de Metodologias².

Os dados foram sistematizados em planilha eletrônica no Microsoft Excel e a análise estatística realizada com o programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 16.0 para Windows.

Para caracterização do perfil dos pesquisadores foram analisadas as variáveis: o número de pesquisadores por UF, o número de pesquisadores por instituição, a posição hierárquica no grupo de pesquisa no qual está inserido por gênero e macroregião.

Para análise textual dos dados foi realizada leitura minuciosa das respostas buscando identificar as principais expressões-chaves, as ideias centrais e as categorias de análise. Partes dos resultados encontrados foram classificadas segundo temas da subagenda de pesquisa de Alimentação e Nutrição, o que permitiu identificar novos temas para outros editais e temas de pesquisa para Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde (ANPPS).

Em atendimento à Resolução do CNS nº. 196/96, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca e aprovada em 09 de junho de 2010, sob parecer nº. 098/10.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e a discussão foram sistematizados em função das questões que associaram a percepção do pesquisador em relação às modalidades de pesquisa e a sua contribuição para o aperfeiçoamento da PNAN.

Inicialmente será descrito o perfil dos coordenadores de pesquisa e, em seguida, apresentados os resultados e a discussão por subtemas: 1) aspectos que necessitam de reestruturação nas formas de fomento à pesquisa para auxiliar na implementação da PNAN; 2) modalidade de

fomento mais adequada para a implementação da PNAN; 3) temas de pesquisa que deveriam ser priorizados nos futuros editais do MS a fim de aperfeiçoar a PNAN. Sobre o primeiro e segundo subtemas, buscou-se apresentar os resultados e discussão em torno dos trechos dos relatos mais relacionados às modalidades de fomento.

Pesquisadores entrevistados

Do total de coordenadores de pesquisa (233) contemplados por editais do MS entre 2004-2008, 53% (123) responderam ao questionário. Esse percentual de adesão é considerado adequado para abordagens por meio da Internet³. A não adesão esteve relacionada em 26,6% a viagens de férias no Brasil e no exterior, 12% a compromissos acadêmicos; 6,9% a recusa em participar da pesquisa; 1,3% a trabalho de campo; e 0,4% a falecimento.

Em relação à distribuição por unidade da federação, os dados mostraram o predomínio de coordenadores de pesquisa dos estados do Rio de Janeiro (16) e São Paulo (15) na Região Sudeste; do estado do Rio Grande do Sul (11) na Região Sul; e dos estados do Pernambuco (10) e Bahia (9) na Região Nordeste. Estas características estão relacionadas ao surgimento dos primeiros cursos de nutrição e ao destaque de pesquisadores da região Sudeste e do Nordeste⁴.

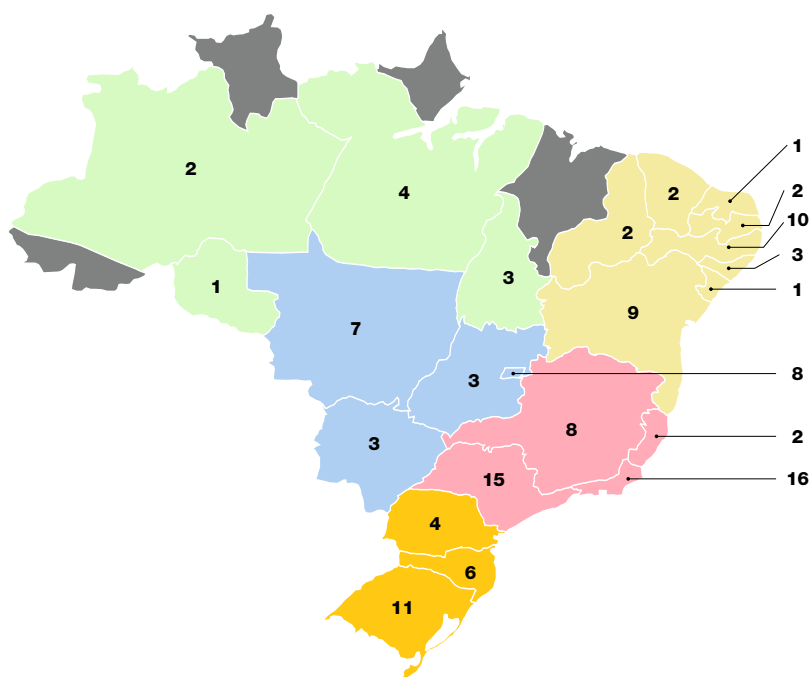


Figura 1

Distribuição dos coordenadores de pesquisa participantes do estudo, por unidade federativa. Brasil, 2004-2008.

Quanto à segmentação das instituições executoras às quais os coordenadores estavam vinculados, 104 (85%) do total de coordenadores eram vinculados à instituição de ensino superior público, em contraposição a 12 (10%), que eram de instituições de ensino superior privado, e sete (6%) do setor governamental público estadual. Em todas as regiões verificou-se que a grande maioria dos coordenadores atuava em instituições de ensino superior, notadamente no Sudeste (33) e Nordeste (27). Utilizou-se a classificação disponibilizada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para classificar os pesquisadores quanto ao vínculo ⁵.

No que tange à posição hierárquica no grupo de pesquisa no qual está inserido por gênero e macrorregião, os dados mostraram que 79% eram mulheres e, dessas, 72% eram líderes de grupo de pesquisa, característica observada em todas as cinco macrorregiões brasileiras. Em sua maioria 33% (41) da Região Sudeste, 24% (30) da Região Nordeste e os demais das outras três regiões.

Um dos fatores que pode explicar essa distribuição é a vinculação com programas de pós-graduação em Nutrição. Nos estados do São Paulo (USP e UNIFESP) e Rio de Janeiro (UERJ e UFRJ) estão localizados quatro programas de pós-graduação em Nutrição. No Nordeste, os programas são oferecidos nos estados da Bahia (UFBA), Pernambuco (UFPE), Paraíba (UFPB), Alagoas (UFAL) e Rio Grande do Norte (UFRN) ⁵.

Aspectos que necessitam de reestruturação nas formas de fomento à pesquisa para auxiliar na implementação da PNAN

Segundo 33% dos coordenadores de pesquisa, os fomentos nacional e descentralizado podem contribuir para a implementação da PNAN. Entretanto, para que isso ocorra de forma efetiva deve-se superar três desafios: (1) priorizar as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste em função de a transição nutricional apresentar-se de forma polarizada, com desnutrição e excesso de peso da população; (2) aumentar volume de recursos com sustentabilidade e regularidade de lançamento de editais; (3) melhorar a governança, principalmente em relação aos aspectos gerenciais das FAPs.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008/2009 ⁶ apontou que o padrão de consumo alimentar nas cinco macrorregiões do país é diversificado e apresentava excessivo consumo de açúcar e consumo insuficiente de frutas e horti-

ças. O déficit de peso entre crianças de 5 a 9 anos diminuiu em todas as regiões. Quanto ao déficit de altura, em 2008/2009 o Nordeste apresentou uma taxa de 7,9% em meninos e 6,9% em meninas, próximo às taxas das regiões Centro-Oeste (6,8% para meninos e 7,4% para meninas) e Sudeste (6,2% para meninos e 5,3% para meninas). Na Região Norte, a taxa foi 12,2% para meninos e 10,3% para meninas, apesar da redução nos últimos anos. As carências nutricionais como anemia e hipovitaminose “A” também foram identificadas na população brasileira notadamente nas regiões Nordeste e Norte. Em crianças, a prevalência de anemia é maior na Região Nordeste, situação oposta à do Norte ⁷.

Essas características demonstraram que o estado nutricional das macrorregiões brasileiras apresentou dimensões e contextos diferenciados. A priorização da região Norte, Nordeste e Centro-Oeste como área em que a transição nutricional determina maiores problemas à população foi reafirmada na perspectiva da integração científica regional, devendo ser assumida pelos editais de fomento na visão dos pesquisadores.

“[...] áreas onde os problemas nutricionais são mais evidentes (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) deveriam ser priorizados. Nestas regiões a transição nutricional é bem mais evidente e deveriam ser privilegiadas”.

Pesquisador da região Nordeste

Desde a criação dos Fundos Setoriais em 1997, 30% dos recursos são priorizados para essas regiões com vistas à capacitação tecnológica, ao amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico dessas regiões⁸. O Artigo 3º, do Decreto 4.143 de 25/02/02⁹, que regulamenta a Lei nº 10.332, de 19/12/2001, reitera a obrigatoriedade da priorização.

O incentivo à priorização de recursos de forma diferenciada entre macrorregiões brasileiras poderia contribuir para uma competitividade mais equilibrada, segundo relato de um pesquisador:

“[...] no financiamento local a concorrência é menor, sendo possível dar oportunidade para propostas menos robustas, estimulando desenvolvimento de pesquisa em outros centros [...] o PPSUS oportuniza a participação de pesquisadores iniciantes, favorecendo a consolidação de seus respectivos grupos [...]”

Pesquisadora da região Nordeste

No que diz respeito ao aumento do volume de recursos, os dados mostraram a necessidade do lançamento de mais editais com sustentabilidade e regularidade, além de aportes mais elevados de recurso. Observou-se que em apenas períodos pontuais essa oferta existiu. No caso do fomento nacional, ocorreu em 2004 e 2005 quando lançaram editais temáticos para Alimentação e Nutrição. No fomento descentralizado, registrou-se uma concentração no primeiro biênio e no ano de 2006.

Essa situação pode ser atribuída ao não lançamento de edital específico em Alimentação e Nutrição ou de ausência de linhas de pesquisa na área nos editais do fomento descentralizado nos anos subsequentes. Pode-se inferir com isso que não houve prioridade político-institucional por partes dos órgãos financiadores para manter a continuidade no investimento de pesquisa nesse período. No entanto, a ausência de linhas de pesquisa envolvendo a área de Alimentação e Nutrição nos editais do fomento descentralizado pode estar relacionada ao não aparecimento dessa tema na pauta de discussão das oficinas de prioridades de pesquisa que são realizadas nas unidades federativas para definir os temas que serão contemplados nos editais. A falta de investimento de recursos propicia um ambiente de desestímulo dos grupos de pesquisa em função da baixa sustentabilidade logística e operacional de suas instituições.

A questão da governança foi destacada pelos pesquisadores como terceiro desafio a ser enfrentado. A governança significa formas de exercícios de poder e, neste processo, os participantes (Estado, cidadãos, empresas, organizações não governamentais, entidade civis e de classe) deverão prestar contas aos órgãos de controle das esferas de governo e fundamentalmente à sociedade brasileira.

O descumprimento por parte de alguns estados no repasse de recursos às FAPs, conforme determina a Constituição Federal ou Lei Estadual^{12,13}, pode afetar o desempenho e atuação das fundações. Torna-se necessário uma estrutura administrativo-executiva nos estados, de forma que a governança não seja afetada e o processo de concessão de recursos por meio da modalidade de fomento descentralizado aconteça¹⁴.

O recurso disponibilizado pelo PSSUS depende da contrapartida estadual, que influenciará na parcela a ser concedida pelo Decit As contrapartidas dos estados variam conforme parâmetros estipulados pela Carta de Salvador de 2004^{8,11}.

No fomento nacional, o processo ocorre de outra forma. O repasse de recurso financeiro acontece de forma direta ao pesquisador, por meio do CNPq¹⁰. Essa agência gerencia recursos federais e apresenta um arcabouço institucional consolidado e melhor estruturado, em contraposição às FAPs.

Modalidade de fomento mais adequada para a implementação da PNAN

Na visão dos pesquisadores (35,8%), o fomento descentralizado atendeu de forma mais específica o perfil alimentar e nutricional da sociedade brasileira e constituiu-se como potencializador da produção científica regional para a implementação da PNAN.

“[...] o PPSUS, oportuniza a participação de pesquisadores iniciantes, favorecendo a consolidação de seus grupos; promove a redução das assimetrias regionais; propicia a realização de pesquisas mais articuladas com as necessidades locais”.

Pesquisadora da região Centro-Oeste

“O fomento descentralizado mais adequado; por ampliar as parcerias; participação dos estados na definição das prioridades, envolvendo-as, aproximando-as à pesquisa e os pesquisadores às mesmas; bem como das Fundações, que passam a se fortalecerem em sua relação com os centros de pesquisa e as secretarias de Estado da Saúde”.

Pesquisadora da região Nordeste

Essa percepção pode ser atribuída, dentre outros motivos, a um dos pressupostos que a modalidade traz: editais específicos. Os editais nessa modalidade são elaborados com base na situação de saúde do estado com vistas a priorizar os problemas mais proeminentes entre a população.

“[...] o PPSUS, oportuniza a participação de pesquisadores iniciantes, favorecendo a consolidação de seus grupos; promove a redução das assimetrias regionais; propicia a realização de pesquisas mais articuladas com as necessidades locais.

Pesquisadora da região Centro-Oeste

Ademais, a modalidade apresenta a delimitação prévia da concorrência. Isto é, a obrigatoriedade

de o pesquisador ser vinculado a instituições de ensino e pesquisa onde o edital será lançado proporciona à comunidade científica desse local a oportunidade de avaliar a concorrência prevista para o pleito e quais as probabilidades de seleção. Como também pode permitir a articulação entre membros do local para formação de parcerias, aumentando assim a chance de captação de recurso para o desenvolvimento de projetos.

O fomento descentralizado mais adequado; por ampliar as parcerias; participação dos estados na definição das prioridades, envolvendo-as, aproximando-as à pesquisa e os pesquisadores às mesmas; bem como das Fundações, que passam a se fortalecerem em sua relação com os centros de pesquisa e as secretarias de Estado da Saúde.

Pesquisadora da região Nordeste

O financiamento de pesquisas em saúde representou um avanço importante, pois assegurou a possibilidade de proporcionar a equidade em saúde e o desenvolvimento econômico e social no Brasil. Com a promulgação da PNCTIS e criação da ANPPS o MS garantiu aporte financeiro para pesquisas em saúde e se tornou um dos principais indutores na ciência, tecnologia e inovação em saúde.

Entre 2004 e 2008, do total de subagendas que compõe a ANPPS, a subagenda de Alimentação e Nutrição ficou entre as dez que recebeu maior volume de recursos (2,2%) e financiou maior número de projetos (8%)¹⁵. Para a PNAN, o financiamento de pesquisas representa um componente fundamental para o seu monitoramento e avaliação, pois os resultados dos projetos poderão fornecer subsídios para sua atualização e aperfeiçoamento, bem como para a elaboração de ações e programas.

Neste sentido, os temas devem estar em conformidade com o perfil nutricional vigente. Em dezembro de 2010, o Decit realizou evento de atualização das vinte e quatro agendas de prioridades de pesquisa, dentre elas, a de Alimentação e Nutrição, no entanto essa atualização não foi publicada. No mesmo ano, a CGPAN promoveu o Seminário de revisão da PNAN em que foram discutidas novas prioridades de pesquisa¹⁶.

Temas de pesquisa que devem ser priorizados nos futuros editais do Ministério da Saúde a fim de aperfeiçoar a Política Nacional de Alimentação e Nutrição - PNAN

Sobre temas prioritários para pesquisa, os coordenadores indicaram 10 temas prioritários para futuros editais (Quadro 2). O tema da segurança alimentar ocupou o primeiro lugar para todas as macrorregiões, com destaque para as regiões Sudeste (35,1%), Centro-Oeste (20,8%) e Nordeste (20,8%).

Quadro 2

Temas indicados por pesquisadores para futuros editais em Alimentação e Nutrição.

Temas de pesquisa sugeridos pelos Coordenadores	% - Total
1 - Segurança Alimentar	50,4%
2 - Sobrepeso e Obesidade	30%
3 - Desenvolvimento e Validação de Metodologias	30%
4 - Carências nutricionais por micronutrientes	16,3%
5 - Promoção da Alimentação Saudável na Atenção Básica	13%
6 - Pesquisa e Epidemiologia Nutricional	11,4%
7 - Hábitos e Cultura Alimentar	8,9%
8 - Educação Alimentar e Nutricional	6,5%
9 - Amamentação e Alimentação Complementar da Criança	5,7%
10 - Formação de Recursos Humanos	3,3%

Fonte: Elaboração da autora.

A segurança alimentar é um dos fios condutores da PNAN e orienta as suas diretrizes, portanto, tem papel importante na alimentação e nutrição. O tema está relacionado ao abastecimento, acesso universal dos alimentos, o aspecto nutricional e questões relativas à composição, à qualidade e ao aproveitamento biológico¹⁷.

Sobrepeso e obesidade foi o segundo tema apontado pelos pesquisadores. A Região Sudeste teve maior percentual de indicações (37,8% em relação ao total). O desenvolvimento e validação de metodologias foi indicado como terceiro tema importante. O interesse pelo tema está relacionado à avaliação de programas e políticas públicas em Alimentação e Nutrição.

As regiões Nordeste, Sudeste e Norte ressaltaram a importância do tema carências nutricionais por micronutrientes como quarta temática. O Nordeste é a região com maior prevalência de anemia e hipovitaminose "A".

A temática da promoção da alimentação saudável na atenção básica, não foi assinalada pela Região Norte como tema prioritário, trata da promoção da saúde priorizada por ações do DECIT e MS. No embate dos problemas nutricionais, as ações de alimentação e nutrição têm papel relevante no contexto da Atenção Primária em Saúde (APS).

O tema pesquisa e epidemiologia nutricional é destacado pelas regiões Sudeste e Nordeste. Historicamente, os grupos que desenvolveram pesquisas epidemiológicas e que contribuíram para a definição do perfil nutricional brasileiro estão localizados na Região Sudeste e Nordeste. Talvez, com as mudanças da chamada “nova epidemiologia” proposta por Paim e Almeida Filho¹⁸ dentro do conceito da saúde Coletiva com novos paradigmas, estes grupos ampliem seus interesses para outros campos de conhecimento.

A temática hábitos e cultura alimentar, que trata dos aspectos tradicionais da alimentação, foi recomendada principalmente pela Região Nordeste (45,5% em relação ao total). Nas demais regiões este tema obteve pelo menos a indicação de um pesquisador. Este é um tema novo, decorrente da ampliação de compreensão dos fatores relacionados à alimentação humana que tem sido extensamente debatido e gerador de interesse em pesquisa no campo das ciências sociais¹⁹.

No tocante ao tema educação alimentar e nutricional, à exceção da Região Norte, todas as

outras regiões elegeram o tema como prioridade. Essa temática tem papel fundamental nas intervenções desenvolvidas de promoção da alimentação saudável nas escolas brasileiras, pois as propostas educativas em alimentação e nutrição têm a finalidade de fornecer às informações adequadas, corretas e consistentes sobre alimentos, alimentação e prevenção de problemas nutricionais²⁰.

A temática de amamentação e alimentação complementar da criança foi reafirmada como tema importante, mas em menor grau de importância. Por último, a formação de recursos humanos também é destacada. As regiões Sudeste (25% em relação ao total) e Centro-Oeste (75% em relação ao total) foram aquelas que mais consideraram o tema relevante. A formação de pessoal significa ter pessoal qualificado para atuar nas ações de promoção da saúde. Esse foi um dos aspectos mencionados pelos coordenadores em relação à reestruturação nas formas de fomento à pesquisa para auxiliar na implementação da PNAN.

O financiamento realizado pelo MS trouxe grandes expectativas para a comunidade científica atuante na saúde. As temáticas propostas pelos pesquisadores foram confluentes e convergem com as novas temáticas definidas pelo DECIT em dezembro de 2010¹⁶. Os resultados demonstram a integração de expectativas entre pesquisadores brasileiros do campo de nutrição e os órgãos de governo do MS responsáveis pelo financiamento em C&T em saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na percepção dos pesquisadores, ambos os fomentos, nacional e descentralizado, foram importantes para atender prioridades nacionais e regionais, pois as modalidades priorizaram temas importantes para saúde pública e que proporcionaram subsídios para contornar tal problema.

A modalidade fomento descentralizado foi apontada pelos pesquisadores como sendo mais adequada para o aperfeiçoamento da PNAN. Na visão dos pesquisadores esse tipo de fomento atende de forma mais específica o perfil alimentar e nutricional da sociedade brasileira e constitui-se como potencializador da produção científica regional para a implementação da política.

A priorização das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste com vistas a suplantar a assimetria entre regiões deve continuar. Deve-se fortalecer a capacidade regional (intra e inter) de C&T nessas regiões com a criação de centros de pesquisa e inovação, formação de recursos humanos e o

fortalecimento da formação dos profissionais de ensino superior e dos cursos de pós-graduação.

Destacou-se a importância de se manter a regularidade de lançamentos de editais de pesquisa para contribuir com o desenvolvimento de programas e políticas públicas nesse campo de estudo. Quanto à governança em C&T, no Brasil esse processo ainda está em construção. Deve ser realizado um trabalho de conscientização e esclarecimento da importância das atividades de C&T para o desenvolvimento científico regional e das FAPs na condução do PPSUS, principalmente nos estados em que verificam problemas de governança.

Os resultados demonstraram que os pesquisadores buscaram com seus estudos contribuir para a superação da problemática alimentar e nutricional brasileira e para o fortalecimento da PNAN e suas linhas de investigação. Foram indicados dez (10) temas prioritários de pesquisa que contemplaram outras linhas de pesquisa que não estavam na décima subagenda de Alimentação e Nutrição, antes da sua atualização de 2010.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. Guimarães R. Bases para uma política nacional de ciência, tecnologia e inovação em Saúde. *Ciência & saúde coletiva*. 2004; 9(2):375-87.
2. Ministério da Saúde. Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde. Série B - Textos Básicos em Saúde. 2008; 2. Ed: 1-68.
3. Evans JR, Mathur A. The Value of Online Surveys - Internet Research. 2005;15(2):195-219.
4. Vasconcelos FAG. Origem e Conformação do campo da Nutrição em Saúde Pública em Pernambuco: uma análise histórico-estrutural. *Rev de Nutrição*. 2001 14 (supl.): 13-20.
5. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. Disponível em: http://dgp.cnpq.br/censos/anexos/index_anexos.htm. Acessado em 20/dez/2010.
6. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: despesas, rendimentos e condições de vida. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/ Acessado em 20/dez/2010.
7. Ministério da Saúde. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher - PNDS-2006: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnds_crianca_mulher.pdf Acessado em 20/dez/2010.
8. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Descentralização do fomento à ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Disponível em: <http://www.cgee.org.br/publicacoes/descentralizacao.php>. Acessado em 20/dez/2010.
9. Decreto nº 4.143. Regulamenta a Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001, na parte que institui mecanismo de financiamento para o Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. 2002; 25 fev.
10. Ministério da Saúde. Pesquisa para saúde: contribuições aos 20 anos do SUS. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/548/1/Pesquisa%20para%20sa%C3%BAde%20contribui%C3%A7%C3%B5es%20aos%2020%20anos%20do%20SUS.pdf>. Acessado em 20/nov/2010.
11. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Dicionário de dados: informações básicas de utilização do sistema. Disponível em: <http://pesquisasaude.saude.gov.br/bdgdecit/dicionario.php>. Acessado em 03/ago/2010.
12. Ferreira Filho *et al.*. Fomento à Pesquisa - Entidades Estaduais. Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). 1993
13. Gusmão R, Ramos MY. Concentração Regional da C&T no Brasil: perfil da liderança paulista no cenário nacional. *Rev São Paulo em Perspectiva*. 2006; 20(3): 120-141.
14. Ministério da Saúde. Relatório de Gestão 2005 do Departamento de Ciência e Tecnologia em Saúde (DECIT). 2007; 1-268.
15. Ministério da Saúde. Base de dados gerencial - Pesquisa Saúde. Disponível em: <http://pesquisasaude.saude.gov.br/bdgdecit/>. Acessado em 03/ago/2010.
16. Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Notícias. Disponível em: <http://nutricao.saude.gov.br/noticiasAnteriores.php>. Acessado em 20/dez/2010.
17. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição (revisada). 2008; 1-86.
18. Paim JS, Almeida Filho N. Saúde coletiva: uma “nova saúde pública” ou campo aberto a novos paradigmas? *Rev Saúde Pública*. 1998; 32(4): 299-316.
19. Canesqui AM. Antropologia e alimentação. *Ver Saúde Públicas*. 1988;22:207-16.
20. Santos LAS. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. *Rev Nutrição*. 2005; 18(5):681-692.